

## NACIONAL

# Terceiro setor já é maior que o governo

Fátima Laranjeira  
de São Paulo

O número de pessoas ocupadas no chamado terceiro setor — entidades sem fins lucrativos que desenvolvem ações sociais — cresceu cerca de 30% entre 1991 e 1995, passando de 1,025 milhão para 1,400 milhão. Os dados — ainda preliminares — fazem parte do Projeto Internacional Comparativo desenvolvido pela pesquisadora brasileira Leilah Landim para a Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos. “O número inclui trabalhadores remunerados e voluntários, mas é quase o dobro dos 600 mil servidores federais na ativa”, afirma Leilah, professora de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ela destaca que os dados — computados a partir do censo habitacional de 1991 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

É grande a expansão das entidades sem fins lucrativos, que já envolvem 1,4 milhão de pessoas, mais que o dobro dos servidores federais

(PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — estão sendo recheados para o relatório da pesquisa, mas o crescimento das pessoas que trabalham no segmento é muito superior à evolução de 2% no total dos empregos em todo o País no período.

Apesar de as pesquisas serem preliminares, Leilah conta que o número de entidades também cresceu. Em 1991, havia 200 mil organizações registradas como sem fins lucrativos na Receita Federal. “Há quem diga que hoje existem 300 mil, mas ainda não chegamos a nenhum número definitivo”, ressalta.

Entre os que mais cresceram, ela aponta as instituições de assistência social (cerca de 100% entre 1991 e 1995), as organizações em defesa de direitos (80%) e as entidades profissionais sindicais (100%). Além dos dados do IBGE, a equipe de Leilah está trabalhando com dados dos ministérios para traçar o perfil do terceiro setor no Brasil. A Johns Hopkins conduz o mesmo trabalho nos cinco continentes.

Os setores de saúde, educação, assistência social, entidades desportivas e recreativas estão entre as entidades medidas. “Os dois primeiros se diferenciam bastante da média das organizações do terceiro setor, porque funcionam muito como empresas”, diz.

O problema nasce com a própria conceituação do setor, nascida nos EUA e usada para designar um universo vasto e diversificado de organizações. A pesquisadora conta que o nome nasceu para classificar uma esfera da sociedade não pertencente nem ao Estado nem ao mercado. “É uma terceira esfera, de organizações privadas sem fins de lucro e voltadas para a ação em benefício público. É público, mas não governamental”, resume.

Ela, no entanto, reconhece que o termo mais esconde do que revela, porque as organizações têm sentidos diferentes e o conceito deixa de mostrar as diferenças internas. Além disso, diz, o setor é muito plural: transitam desde idéias neoliberais até as que querem transformações mais profundas da sociedade. “As ideologias são muito diferentes e o pluralismo de idéias e projetos é essencial, porque o terceiro setor é movido pela vontade. Ele substitui, complementa e pro-

Outro aspecto importante do estudo é identificar as fontes de recursos. “Essas organizações só podem existir com a mobilização de recursos da sociedade ou internacionais”, lembra a professora. Segundo ela, a pesquisa da Johns Hopkins mostrou que 50% dos recursos das entidades nos EUA vêm do Estado e da metade restante, 80% são doações individuais.

“Há uma forte cultura do voluntariado naquele país, é um Welfare State feito através da sociedade”, diz. “Acreditamos que em parte isso também ocorra no Brasil, principalmente em organizações filantrópicas de cunho religioso, embora as iniciativas não sejam conhecidas.”

No Brasil não existem dados a respeito do financiamento das entidades e cada subsetor tem afinidades muito diferentes. As ONGs, surgidas na década de 70, já contaram com cerca de 80% das verbas provenientes de doações internacionais, mas ainda não existem pesquisas atuais que confirmem os dados.

Diferentemente, as entidades assistenciais, mais próximas do Estado por sua própria função, dependem mais dele e também das empresas. “Muitos criticam as entidades por re-

ceberem dinheiro do governo, porque acham que certas funções sejam exclusivas do Estado, o que não é verdade. É preciso uma fiscalização mais efetiva quanto ao cumprimento das funções.”

Como a Receita Federal, diz Leilah, não fiscaliza o segmento, pois o custo seria maior do que a arrecadação, é preciso saber onde está a legitimidade para receber recursos. Para isso, o Conselho Nacional de Assistência Social está redefinindo os padrões de filantropia para repasse de verbas estatais. “É necessário criar formas de controle e transparência, que já estão sendo discutidas seriamente no Programa da Comunidade Solidária”.

**Instituições de assistência social e de defesa de direitos estão entre as que mais cresceram**





Ele substitui, complementa e propõe políticas estatais.”

É o campo de organizações onde existem as iniciativas filantrópicas, altruísticas e políticas. “Esses organismos sempre existiram em todo tipo de sociedade, mas nunca foram considerados nas análises clássicas, que se dedicaram a medir o segmento privado e público”.

Apesar disso, as entidades sempre foram muito importantes para configurar o próprio Estado e o mercado, conta Leilah, explicando que só recentemente o terceiro setor conseguiu maior visibilidade internacional: é responsável por 4,5% dos ocupados – 11,9 milhões de trabalhadores – em oito países (EUA, Suécia, França, Alemanha, Hungria, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália).

## Cursos treinam dirigentes de ONGs

Com o esgotamento dos ganhos proporcionados pela estabilização da moeda, a elevação do padrão de vida das camadas mais pobres da população deve acontecer através da ampliação e melhoria dos serviços nas áreas sociais. As melhorias viriam com a redefinição de políticas públicas, pela exigência de padrões mínimos na prestação de serviços de assistência social – creches, atendimento aos idosos, deficientes – e maior profissionalização das entidades que compõem o chamado terceiro setor.

“As políticas públicas compensatórias devem receber um impulso importante, o que pode ampliar a ação social tanto do governo quanto do terceiro setor”, avalia Maria do Carmo Brant de Carvalho, diretora do Instituto de Estudos Especiais (IEE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A entidade, especializada em desenvolver políticas públicas, criou no ano passado o curso Gestão Social Organizacional, voltado para os responsáveis pelo planejamento e implementação de projetos sociais tanto no setor público como privado. “As características da área social são totalmente diferentes das empresas estatais e privadas, e a emergência do terceiro setor mostra que a simples transposição das teorias administrativas – como aumento de produtividade, qualidade total e reengenharia, entre outras – não alcançam o mesmo efeito no segmento”, afirma Maria do Carmo.

Como a área social não tem a

perspectiva de lucro e sim de efetividade das ações, é necessário uma adaptação das teorias, avalia. Os temas são tratados no curso da PUC, que inicia um novo módulo hoje e tem uma ênfase importante na elaboração e análise de projetos, planejamento estratégico, captação de recursos e gestão financeira e orçamentária.

“As entidades não-lucrativas são muito bem sucedidas em sua atividade fim, mas na atividade meio em geral apresentam imensos problemas”, constata Luiz Carlos Meregge, coordenador do Centro de Estudo dos Terceiro Setor da Fundação

Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, que também criou o curso no ano passado.

Meregge conta que a FGV apenas constatou a grande demanda que

havia quando lançou o curso Administração para Organizações Não-Lucrativas: inscreveram-se 180 pessoas para 25 vagas. Hoje já foram treinadas 160 pessoas, entre gerentes de organizações, empresários interessados em desenvolver atividades sociais em suas empresas e profissionais liberais que desejam mudar de setor. O curso já foi ministrado também no Rio de Janeiro, em Minas e há estudos para desenvolvê-lo em Manaus, Sergipe e Pernambuco.

A Associação dos Ex-Alunos do curso de Master of Business Administration da Universidade de São Paulo (MBA-USP) iniciou o programa Gestão para Organizações da Sociedade Civil (Gesc) há duas semanas. “Nossa intenção

é repassar o conhecimento de gestão empresarial para as instituições sociais, que têm dificuldades em falar a linguagem das empresas”, conta Marisa Seoane Rio Resende, coordenadora de projetos do MBA-USP.

O curso é acompanhado por executivos que fizeram o MBA e são atuantes em projetos do terceiro setor. Eles dão assessoria nos projetos práticos que os alunos devem criar. “As entidades precisam aprender a ser competitivas no mercado e ter a habilidade do setor privado para captar recursos”, afirma Marisa.

A Federação de Obras Sociais (FOS), que reúne 1300 entidades do setor, também criou um programa de capacitação de gerenciadores e já treinou 102 profissionais. “Há uma grande necessidade em profissionalizar os quadros. Nosso foco principal é nas entidades não-lucrativas e que desenvolvem um papel de cunho assistencial filantrópico”, diz Vera Lúcia Salvatore, uma das coordenadoras do curso básico.

Para ela, a maior dificuldade dos alunos está em garantir a própria sobrevivência da entidade. Vera explica que no final do curso, os alunos desenvolvem um projeto de intervenção na própria organização onde trabalham: “Só admitimos profissionais que realmente trabalham, porque nosso curso tem um objetivo bastante prático”. Apesar de ter uma linguagem especial, o terceiro setor, diz a coordenadora, começa a ter um linguagem específica. “Temos que construir nossa própria forma de administrar, pois o segmento tem uma racionalidade própria, diferente da empresa, que deve ser estudada e praticada.”

(F.L.)

**Já foram treinadas  
160 pessoas,  
entre gerentes  
de organizações,  
empresários  
e profissionais liberais**



NOV 25 97  
f. m. r.